

UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS TRANSPARENTE

FRANCISCO HAUCK
CEO da Fábrica do Futuro
francisco.hauck@fabricadofuturo.com



Em tempos em que transparência, tecnologia e qualidade da experiência do usuário são pilares básicos da relação do público com serviços e produtos, é de se esperar que a expectativa do cidadão para com os seus representantes políticos seja medida pela mesma régua. O usuário (cidadão) quer ter voz ativa, interagir, ter acesso a dados organizados e dispor de ferramentas eficientes, com entregas concretas, para seguir engajado e continuar reconhecendo a legitimidade e utilidade das instituições políticas. A falha em atender a essas premissas pode criar uma lacuna muito grave entre o cidadão e a estrutura democrática.

Ferramentas inteligentes e bem desenhadas podem trazer uma grande parcela da população para perto da política ativa. Já podemos perceber a sensibilidade do público ao assunto pelo grau

de influência de fake news e redes sociais e como elas movem mentes e corações em torno de narrativas de cunho ideológico.

O cidadão quer ter acesso a dados organizados para seguir engajado e continuar reconhecendo a legitimidade das instituições políticas

Recursos como tecnologia e dados abertos conseguem se tornar ferramentas eficientes para este fim. Estes preceitos constituem o que se denomina Governo Aberto. Existe um acordo internacional sobre o tema, firmado em 2011 (OGP), que possui hoje 75 países membros e 20 governos

subnacionais, incluindo o Brasil.

As reformas requisitadas pelo Governo Aberto não devem estar restritas ao Poder Executivo, mas precisam também permear o Poder Legislativo. Isto significa repensar e otimizar os canais de comunicação e interação com os eleitores para que estes possam acompanhar e ter voz ativa na criação e aprovação de leis, constituindo a figura de um parlamento participativo. Experiências já estão ocorrendo em países como Suécia, Itália, Estônia, África do Sul, Zimbábue e Mongólia.

Existem muitos desafios: legais e operacionais. Certamente uma alternativa ao modelo tradicional passa por tentativas e erros, aprendizado, uma boa dose de tolerância e negociação com a classe política. O fato é que esse movimento precisa partir da sociedade civil, a maior beneficiada.

CRIANÇA PRECISA BRINCAR

MARIA APARECIDA AZZOLIN
Doutora em Educação, professora e psicóloga
cidaazzolin@gmail.com



Em frente à minha casa tem um pé de pitangueira. Nesta época do ano está colorida com vários tons de vermelho. Pitangas apetitosas que adoçam minha vida, a cada saída de casa. Pensei que seria a atração da rua, principalmente para as crianças que passam para ir para escola. Estava enganada. Muitas crianças passam e nem olham para as frutinhas que encantaram minha infância. Cheguei à conclusão de que as crianças de hoje não conhecem mais as frutas nativas, porque poucos têm acesso à vida no campo. O mundo da infância hoje é organizado em função de horários de escola, programas e vídeos em aparelhos eletrônicos.

A criança necessita do brincar para desenvolver-se em plenitude. Percebo que todas as crianças deveriam ter alguns direitos protegidos por lei, além dos já respaldados pela Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA): Direito de subir em árvores; direito de correr des-

calço na terra; direito de sujar-se muito e fazer comidas com barro, pedras e folhas; direito de cair, errar, chorar, dar gargalhadas e gritar a hora que quiserem; e principalmente não ter acesso diário e contínuo a eletrônicos.

O mundo da infância hoje é organizado em função de horários

Nós, seres humanos, como mamíferos que somos, interagimos na infância através do brincar, e este brincar é um operar no presente, sem intencionalidade, totalmente despreocupado. Por isso, a importância dos direitos citados acima. A criança, quando está entretida com uma tela, não está brincando, só tem o cérebro anestesiado por imagens e informações. Não está desenvolvendo motricidade, lateralidade, imaginação, criatividade nem desenvolvendo as competências

socioemocionais. Nos constituímos como adultos a partir do que vivemos na infância. Nos formamos a partir de nossas histórias vividas cotidianamente. Uma criança que não brinca será um adulto com maiores dificuldades de relacionamento e de compreensão do mundo e de si.

Cada vez mais, exigimos que sejam perfeitas, que não cometam falhas e muitas vezes são castigadas por não atingirem esse “padrão de perfeição”. Somos seres falíveis. Portanto, crescer nesse meio de cobrança faz com que nos tornemos adultos infelizes e eternamente angustiados, ansiosos e até mesmo depressivos.

Criança precisa brincar! Sonho que as frutinhas vermelhas ou as de qualquer cor voltem a ser a alegria de crianças e que elas possam construir castelos na imaginação e sombra dessas árvores e desfrutar desse momento de prazer e alegria tão singelos, mas que podem fazer a diferença no seu amanhã.

O NÃO-PLANO DE GUEDES

ELY JOSÉ DE MATTOS
Economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS
ely.mattos@puccs.br



Nesta semana, foi divulgada pelo governo uma extensa agenda de reformas, apresentada através de propostas de emenda à Constituição (PEC). Entre as medidas estão o melhor controle do teto de gastos, mudanças na carreira do funcionalismo público, maior flexibilidade na gestão orçamentária. Mas não quero me deter em nenhuma das medidas em particular – até porque seus meandros ainda estão em fase de entendimento e serão fruto de um profundo debate ao longo dos próximos meses. Quero discutir uma pergunta mais básica: essas medidas representam um plano de país? Qual?

No final de semana passada a Folha de S.Paulo publicou uma entrevista concedida pelo ministro Paulo Guedes, na qual ele teve a oportunidade de explanar longamente sobre as medidas, que chama de “pacto federativo”. Segundo ele, essa agenda propõe uma reforma do Estado. Pelo teor das propostas, é um projeto para afastar o máximo possível o Estado da economia e dar protagonismo ao setor privado, que deve liderar a retomada do crescimento.

Mas isso não é um plano de país. É tão somente uma mudança do papel do Estado. Até mesmo a retomada do crescimento não é um plano de país. Crescer é apenas um meio para se chegar a algum lugar. Planejar uma nação envolve oferecer, também, respostas consistentes a questionamentos complexos e sensíveis. Que tipo de crescimento teremos? Como ele será distribuído entre pessoas e regiões? Quem ele beneficiará?

Sabemos, por exemplo, que o mercado lida muitíssimo mal com distribuição e proteção social. Mas o ministro sinalizou que não vê problema nisso: na entrevista, afirmou que os mais pobres passariam a fazer poupança se o modelo de capitalização da previdência tivesse sido aprovado junto com um cenário de legislação trabalhista ainda mais flexível. Um argumento fantasioso que ilustra o tamanho da desconexão com a realidade de um país onde 104 milhões vivem com menos de R\$ 413 por mês.

Pois é justamente essa falta de conexão com a vida das pessoas o maior indício de que tirar o Estado da economia dessa maneira é um projeto isolado, que não pode ser entendido como um plano para o Brasil. Não há consideração séria sobre a totalidade das consequências de tal movimento sobre a população mais pobre – pelo menos não abertamente. O Chile parece ter uma boa ideia sobre a questão. Mas o ministro acredita que isso é “tolice”.

Apenas enxugar o Estado não é um plano de país

Opinião online



Ernani Polo, deputado estadual (PP): “Em plena era da tecnologia da informação, há uma necessidade de atualização das legislações tributárias do país”.

GAÚCHAZH.

Leia o artigo em
gzh.rs/epolo

Ely José de Mattos escreve às sextas-feiras, a cada 15 dias. Segunda-feira: **Alfredo Fedrizzi**, conselheiro, consultor e jornalista.